

Maior parte das violências contra as mulheres acontece nas relações íntimas, aponta pesquisadora Lori Heise

(Tatiana Merlino / Agência Patrícia Galvão, 28/05/2015) A forma mais comum de violência contra a mulher é aquela cometida por parceiro íntimo, defende a médica e pesquisadora Lori Heise, professora titular da London School of Hygiene & Tropical Medicine, onde dirige o Centro de Gênero, Violência e Saúde.

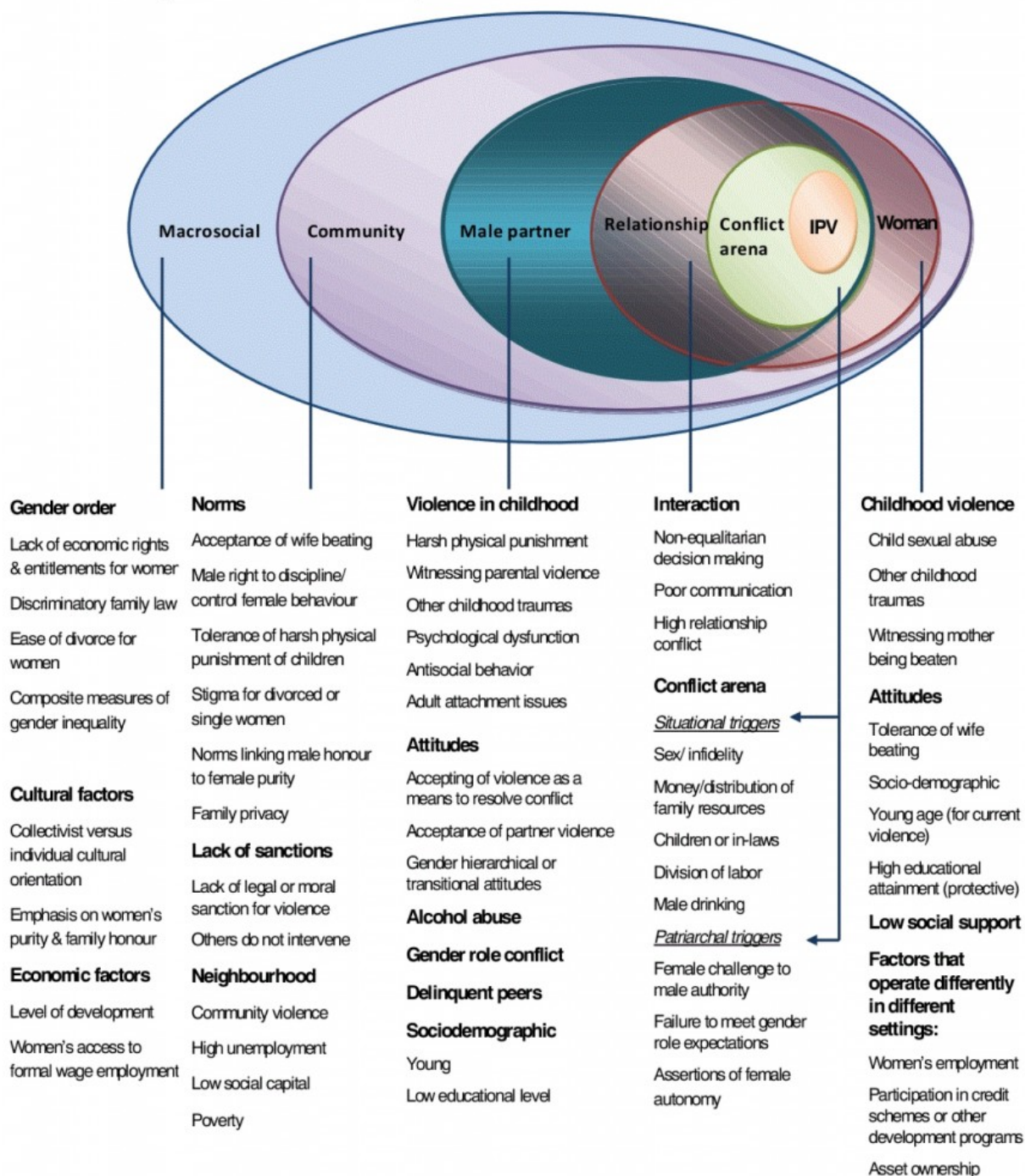


Lori Heise realiza palestra no 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres (Foto: Luciana Araújo)

Especialista internacionalmente reconhecida no tema da violência por parceiro íntimo, Lori proferiu a palestra de abertura do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, ocorrido entre 20 e 21 de maio, em São Paulo. “Mulheres são vítimas de violência sexual, física e abuso emocional com mais frequência por aqueles de quem são próximas em suas relações”, explicou a médica.

Para entender a origem da violência de gênero, que é um fenômeno “multicausal”, Lori defendeu a aplicação do modelo ecológico de geração de violência, a partir de círculos concêntricos que definem a interação de diferentes fatores que aumentam os riscos da violência por parceiro íntimo – tanto para as vítimas quanto para os agressores, que envolvem a qualidade da relação entre eles, o meio social, comunidade, país ou sociedade onde vivem. A especialista ressalta que a questão é complexa e não tem uma causa simples e única, requerendo, assim, ações em múltiplas frentes para seu enfrentamento.

Figure 1.2 Revised Conceptual Framework for Partner Violence



Modelo ecológico apresentando os principais fatores relacionados ao risco de violência por parceiro íntimo (Lori Heise, 2011)

Infância

A pesquisadora explicou que há fatores que aumentam o risco para as mulheres vítimas de abuso, como sofrer violência ou abuso sexual na infância, testemunhar violência contra a mãe e outras formas de trauma na infância. Já para o parceiro, entre os fatores que podem aumentar o risco de vir a cometer agressão são sofrer punição física na infância, testemunhar violência entre os pais e experiência de abuso e uso problemático de álcool.

Há ainda crenças culturais que perpetuam o abuso e geram níveis de tolerância social às

violações dos direitos humanos das mulheres. A professora apresentou dados da pesquisa multipaíses da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre saúde e violência doméstica contra a mulher, coordenado pela pesquisadora. A porcentagem de mulheres entrevistadas que acreditam que um homem bater em sua mulher pode ser justificável caso ela o desobedeça é de 46,2% no Peru, por exemplo. Já no Brasil é de 10,9%.

Num âmbito mais geral, o status feminino e a falta de igualdade de gênero também têm relação com os níveis de violência por parceiro íntimo, destacou Lori. Entre os fatores mais fortes estão falta de direitos econômicos, discriminação de gênero em família, discriminação de mulheres na posse de terras e imóveis, nível de aceitação de divórcio na sociedade, aceitação social de maridos baterem em mulheres, autoridade masculina e controle do comportamento feminino.

Mercado de trabalho

A pesquisadora também apontou que o mesmo fator pode operar de maneira diferente no nível populacional e no nível individual. Por exemplo, no nível individual, pode se dizer que em muitos países, ante a discriminação de gênero, mulheres que estão empregadas têm maior risco de sofrer violência do que as que não estão empregadas. Porém, países com maior proporção de mulheres no mercado de trabalho têm menores taxas de violência do que em países com menos mulheres empregadas.

É possível prevenir a violência

Lori apresentou casos positivos de prevenção de violência. “Estudos demonstram que é possível diminuir a violência”, explicou, citando como exemplo o projeto SASA, em Uganda, onde foi implementado um programa de mobilização da comunidade que levou à redução de 52% dos casos de violência contra as mulheres em três anos. Já no Quênia, o projeto Ujamaa promoveu cursos de autodefesa e de empoderamento das mulheres, o que levou a uma redução de 62% dos casos de estupro, 10 meses e meio após o início da intervenção.

Sobre o Brasil, a médica disse que o país “não é um dos melhores ou dos piores”, já que está melhor situado no ranking dos países de renda média. “O que vemos são os frutos de décadas de organização das mulheres aqui no Brasil. Eu não tenho os dados para saber como era há 30 anos, mas suspeito que os níveis de aceitação da violência caíram”, apontou.